

LEI Nº 530

O Prefeito Municipal do Salgueiro, Estado de Pernambuco etc  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º- Fica aprovado para o exercício financeiro de 1971 o Orçamento do Município do Salgueiro, sendo a Receita estimada e a Despesa fixada em C\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta) cruzeiros.

Art.2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, na forma da Legislação Vigente e das especificações constantes dos anexos que integram a presente Lei e assim distribuída pelas categorias econômicas:

<u>Receitas Correntes</u>	105.000,00
Receita Tributária	12.200,00
Receita Patrimonial	324.045,56
Transf. Correntes	38.800,00
Receitas Diversas	480.045,56
Total das Receitas Correntes	
<u>Receitas de Capital</u>	4.500,80
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	165.454,44
Transf. de Capital	169.954,44
Total das Receitas de Capital	650.000,00
Total Geral da Receita	

Art.3º- A Despesa será realizada com a satisfação dos encargos do Município e com o custeio e manutenção dos serviços públicos, especificados nos anexos e quadros analíticos, integrantes desta Lei, e se acha distribuído por categorias econômicas, da seguinte forma:

Despesas Correntes	377.966,00
Despesas de Custeio	62.303,00
Transf. Correntes	

Despesas de Capital

Investimentos	170.831,00
Transf. de Capital	30.000,00
Total das Despesas de Capital	<u>209.831,00</u>
Total Geral da Despesa	<u>650.000,00</u>

Art.4º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da previsão orçamentária da Receita.

Art.5º- Também fica autorizado o Prefeito Municipal a suplementar as dotações orçamentárias cujas despesas sejam vinculadas a determinadas receitas transferidas até o limite necessário ao cumprimento legal dessa vinculação.

Art.6º-:Fica ainda o Prefeito Municipal autorizado a realizar operações de créditos, por antecipação da receita, bem como a abrir créditos necessários á cobertura dos respectivos juros e demais pertinentes a essa operações.

Art.7º- A presente Lei entrará em vigor a partir dia 1º de Janeiro de 1970 até o dia 31 de dezembro do mesmo - mesmo ano, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 14 de outubro de 1970.

  
\_\_\_\_\_